

## ANFIP promove webinar exclusivo para associados sobre o DECIPEX

Atenção, associados! Chegou a oportunidade de todos conhecerem o trabalho do **DECIPEX** – Departamento de Centralização de Serviços de Inativos, Pensionistas e Órgãos Extintos, unidade da Secretaria de Gestão e Desempenho de Pessoal do Ministério da Economia.

A ANFIP promove na **quarta-feira (31/3)** o **webinário “Centralização no DECIPEX – Vantagens e Soluções”**, a fim de que os associados possam compreender o funcionamento da unidade e sanar suas dúvidas. A videoconferência será pelo [canal da ANFIP no Youtube](#), com **transmissão exclusiva** para os associados, **das 10 às 12 horas**.

Da equipe do **Decipex**, participam do encontro: Marco Aurélio Alves da Cruz, diretor; Teomair Correia de Oliveira, coordenador-geral de Benefícios; Valdinei Henrique da Costa, coordenador de Auxílios; Kiria Camila Fernandes Costa, coordenadora de Atendimento; Jessica Ramos Costa, coordenadora substituta; Daniela Nunes de Menezes, assessora; e Anderson Caires Santos, assessor.

Pela **ANFIP**, participam o presidente Décio Bruno Lopes e os vice-presidentes Márcio Humberto Gheller (Executivo) e



**31/03**  
Das 10h às 12h

[WEBINÁRIO]  
**CENTRALIZAÇÃO NO DECIPEX**  
Vantagens e Soluções

Transmissão pelo **ANFIP** **YouTube**  
Exclusiva para associados

 Marco Aurélio Alves da Cruz Diretor - DECIPEX	 Teomair Correia de Oliveira Coordenador-Geral de Benefícios / DECIPEX	 Valdinei Henrique da Costa Coordenador de Auxílios / DECIPEX	 Anderson Caires Santos Assessor - DECIPEX	 Kiria Camila Fernandes Costa Coordenadora de Atendimento - DECIPEX
 Jessica Ramos Costa Coordenadora Substituta - DECIPEX	 Daniela Nunes de Menezes Assessora - DECIPEX	 Décio Bruno Lopes Presidente da ANFIP	 Márcio Humberto Gheller Vice-Presidente Executivo	 Tereza Liduína Santiago Félix Vice-presidente de Representantes e Pessoas

Tereza Liduína Santiago Félix (Aposentadorias e Pensões).

Participe! Este webinar está sendo realizado para atender a uma demanda dos associados, que apresentam diariamente à ANFIP dúvidas quanto aos serviços prestados pelo Decipex.

## ANFIP revoluciona conexão com seus associados por meio de lives

Em seus 70 anos de atividade, a ANFIP sempre esteve à frente, utilizando as mais modernas formas de conexão, para compartilhar informações de credibilidade tanto sobre questões de interesse dos Auditores Fiscais da Receita Federal, quanto sobre trabalhos desenvolvidos em benefício da sociedade. Entre as inovações aderidas pela Entidade no último ano, está a realização de lives informativas e comemorativas com o objetivo de estabelecer maior proximidade com os associados por meio de diversas plataformas digitais.

Atualmente, a ANFIP realiza, a cada 15 dias, a **Live – Série ANFIP**, com debates de qualidade sobre os principais temas da carreira e do Brasil, com a participação de representantes da Entidade e de convidados especiais, com transmissão no Facebook e Youtube. A repercussão das lives, que tiveram início em abril de 2020, é muito positiva. Entre as transmissões realizadas, alcançaram o maior público a live que abordou as perspectivas da Reforma Tributária, em fevereiro deste ano, com cerca de 35 mil visualizações, e a transmissão que trouxe discussões sobre os efeitos da Reforma da Previdência, em

maio de 2020, que contou com uma audiência de mais de 11 mil internautas.

Além disso, também foram realizadas diversas lives do projeto **ANFIP Conectada**, reunindo os conselheiros e centenas de associados de todo o Brasil. Os encontros possibilitaram esclarecimentos acerca das principais ações jurídicas em andamento e questões assistenciais.

Durante o último ano, a Entidade não compartilhou apenas informações importantes, como também momentos de diversão e descontração. A ANFIP promoveu três lives, em comemoração ao Dia do Servidor Público, Natal e Dia da Mulher, com sorteio de prêmios, participação de autoridades e atrações culturais incríveis, com o objetivo de trazer alegria, conforto e união, ainda que de forma virtual, para todos os associados neste momento tão delicado de isolamento social que o país enfrenta. A transmissão do Dia do Servidor foi um sucesso e reuniu mais de 4 mil pessoas.

A ANFIP busca, a cada dia, melhorar sua integração com seus associados, se mantendo moderna e atualizada. Confira [AQUI](#) todas as lives realizadas.

**Em debate, a constitucionalidade do Decreto 10.620/21**

**PÁGINA 2**

**Participe da Campanha Destinação no IRPF e mude vidas**

**PÁGINA 4**

**Golpes em nome da Entidade continuam; ATENÇÃO!**

**PÁGINA 6**

# Especialistas e governo debatem repercussão do Decreto 10.620/21



A mudança do órgão gestor das aposentadorias dos servidores públicos das autarquias e fundações, por meio do Decreto 10.620/21, trouxe preocupação para todo o funcionalismo federal e muitos questionamentos sobre sua legalidade. Neste sentido, a ANFIP realizou, na quarta-feira (24/3), mais um evento virtual, com a participação de especialistas no assunto e representante do governo.

Conforme determina o Decreto, publicado em 8 de fevereiro deste ano, a competência e a manutenção dessas aposentadorias e pensões, que eram realizadas no âmbito do Regime Próprio de Previdência Social (RPPS), passa a ser responsabilidade do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS).

O presidente da ANFIP, **Décio Bruno Lopes**, durante o debate, defendeu que uma unidade gestora de Regime Próprio deve tratar especificamente das questões dos servidores, considerando sua complexidade e particularidades. “A gente entende que o INSS é um órgão de extrema importância, com servidores extremamente qualificados e preparados, mas a autarquia não tem condições operacionais de atender nem o Regime Geral de Previdência Social. Trazer mais atividades, mais serviços, vai acabar por emperrar ainda mais a máquina administrativa do INSS”, disse o presidente, lembrando que, em 2020, as atividades do órgão quase pararam, por falta de pessoal.

Para **Genésio Denardi**, coordenador do Conselho de Representantes da ANFIP e presidente da ANFIP-SP, o Decreto afronta a Constituição Federal, no seu artigo 40, quando diz que “é vedada a existência de mais de um Regime Próprio de Previdência Social e de mais de um órgão ou entidade gestora desse regime em cada ente federativo”. Ainda citando a Carta Magna, ele ressaltou: “para que haja uma alteração estrutural, exige-se a edição de uma lei complementar. O que está sendo feito através de um decreto”.

Representando o governo federal, participou o secretário de Previdência do Ministério da Economia, **Narlon Gutierrez Nogueira**, que esclareceu as premissas e a origem do Decreto. “O Decreto está centralizando uma concessão que hoje está em centenas de órgãos, buscando fazer essa centralização, em

relação ao poder Executivo, em uma entidade, como uma etapa para posterior criação de uma unidade gestora única”, afirmou.

O secretário também comentou sobre a legalidade e a constitucionalidade da norma. “Não há nenhuma inconstitucionalidade nem ilegalidade no Decreto 10.620. Ele é uma etapa de uma determinação Constitucional. Não há nenhuma alteração em relação aos direitos dos servidores públicos. Os servidores continuarão sendo vinculados ao Regime Próprio de Previdência Social. Os servidores das autarquias e fundações, que nessa previsão do decreto terão seus benefícios concedidos pelo INSS, terão os mesmos, os absolutamente mesmos direitos dos servidores cuja centralização está ocorrendo no Decipex”, enfatizou.

Narlon Nogueira informou que o tema será discutido com os demais Poderes da República e que o governo sabe sobre os desafios do INSS. “Nosso dever é continuar trabalhando para que o INSS possa se fortalecer e atender de forma mais adequada os segurados do Regime Geral de Previdência Social, os beneficiários das políticas assistenciais, como o BPC, e, caso o INSS venha a se tornar a entidade gestora única do Regime Próprio da União, também os servidores públicos federais”.

O advogado e ex-secretário de Recursos Humanos do Ministério do Planejamento, **Luiz Fernando Silva**, foi enfático ao analisar as consequências dessa mudança para os servidores públicos. “A minha interpretação é que há inconstitucionalidade no decreto sim”. Além disso, na sua avaliação, o Decreto 10.620/21 ainda facilita a extinção do RPPS. “Esse horizonte me parece bastante temerário para os servidores públicos e para os trabalhadores de maneira geral”. Para Luiz Fernando Silva, há espaço para questionamento do Decreto no âmbito judicial e orientou para que se busque o Supremo Tribunal Federal (STF). “Acho que o Decreto deva ser combatido desde já”, finalizou.

No mesmo sentido, o presidente do Instituto de Estudos Previdenciários, Trabalhistas e Tributários (IEPREV), **Roberto de Carvalho Santos**, concordou que o Decreto agride frontalmente a Constituição Federal. “Nossa posição é que esse Decreto é, de fato, inconstitucional”. Para ele, as alterações efetivadas pelo Decreto 10.620/21 devem ser feitas por meio de leis, com discussão no Legislativo e participação de todos os atores envolvidos. Além de sobrecarregar o INSS e trazer prejuízos aos servidores, também trará prejuízo muito grande aos segurados do Regime Geral.

Assista ao debate completo sobre o Decreto 10.620/21 no canal da ANFIP no [Youtube](#) ou clique [AQUI](#).

## EXPEDIENTE LINHA DIRETA

**Linha Direta** é uma publicação da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil.  
SEDE: SBN Qd. 01 BL. H Ed. ANFIP - Brasília/DF - CEP: 70040-907  
Telefone: (61) 3251 8100  
Whatsapp: (61) 98289 5150

**Linha Direta** é publicação semanal de propriedade da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil. As opiniões externadas nos artigos são de responsabilidade de seus autores.

Envie seus comentários sobre o **Linha Direta** para o email: [comunicacao@anfip.org.br](mailto:comunicacao@anfip.org.br)

DIRETOR RESPONSÁVEL  
Benedito Cerqueira Seba

EDITORA  
Ludmila Machado

REPORTAGEM  
Daiana Lima, Ludmila Machado e  
Thayná Cavalcante.

ESTAGIÁRIA  
Marina Rodrigues

EDITORACÃO ELETRÔNICA  
Gilmar Vitalino e Allan Vitalino

CONSELHO EDITORIAL  
Décio Bruno Lopes  
Eucélia Maria Agrizzi Mergár  
Crésio Pereira de Freitas  
José Arinaldo Gonçalves Ferreira  
Benedito Cerqueira Seba  
Cesar Roxo Machado



[www.instagram.com/anfipnacional](https://www.instagram.com/anfipnacional)



[www.facebook.com/anfip.nacional](https://www.facebook.com/anfip.nacional)



[www.twitter.com/anfipnacional](https://www.twitter.com/anfipnacional)



[www.youtube.com/anfipoficial](https://www.youtube.com/anfipoficial)



## União de entidades marca dia histórico de mobilização



Também na quarta-feira (24/3), fechando o Dia Nacional em Defesa do Serviço Público, o presidente da ANFIP, Décio Bruno Lopes, participou do Ato Político contra a Reforma Administrativa, promovido pela Liderança da Minoria e pela Frente Parlamentar Mista do Serviço Público, em parceria com o Fonasefe.

Na rodada virtual, dirigentes manifestaram repúdio às propostas que penalizam os servidores públicos de todo país, de todas as esferas de poder, afetando principalmente a sociedade. Décio Bruno Lopes enfatizou a importância de se discutir publicamente qual Estado queremos e trazer, principalmente,

a população para dentro desse debate. “A discussão sobre a importância do Estado e do serviço público tem que ser levada para a população para que ela conheça a realidade. Não discutimos questões corporativas. Estamos discutindo a prestação do serviço público”, disse.

O presidente destacou ainda a importância da união entre todos os servidores e suas entidades representativas no debate da Reforma Administrativa e exemplificou um importante momento de união das carreiras do Fisco durante a tramitação da PEC 186/19. Conforme relatou, foi a partir de um trabalho conjunto que foram mantidos na Constituição Federal os recursos destinados às administrações tributárias.

“Precisamos demonstrar para a sociedade que o Estado somos nós”, argumentou sobre a própria essência dessa instituição. “Hoje estamos numa guerra de informação que confunde a opinião pública. É necessário mostrar à população que quando se fala em acabar com a estabilidade do servidor, se fala de fim da estabilidade da prestação do serviço. Essa PEC é prejudicial, pois não traz economia. O que se quer é a terceirização dos serviços”, afirmou.

Clique [AQUI](#) para assistir a live completa e todas as manifestações proferidas.

## Frente reúne servidores em defesa da categoria

O vice-presidente de Política de Classe e Política Salarial da ANFIP, José Arinaldo Gonçalves Ferreira, coordenou na segunda-feira (22/3) a reunião da Frente Parlamentar Mista do Serviço Público, que discutiu as atividades da agenda do Dia Nacional em Defesa do Serviço Público.

Dentre os temas em pauta no Congresso Nacional, o consultor político Vladimir Nepomuceno, que esteve presente na reunião, destacou a necessidade de discussão da Medida Provisória 1039/21, que trata do auxílio emergencial, e da promoção de um debate amplo sobre a PEC 32/20 (Reforma Administrativa) no âmbito da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC), pois, segundo ele, com mais tempo e audiências públicas há a possibilidade de intervenção na matéria que prejudica gravemente o serviço público.

Nepomuceno alertou ainda que as entidades devem acompanhar a discussão da Lei Orçamentária Anual (LOA), que afeta toda a sociedade, além de repercutir nas atividades e salários dos servidores. “Precisamos aproveitar o dia 24 e, além de todo o trabalho que as entidades vêm organizando junto à sociedade e à mídia, também partirmos para cima dos parlamentares nessas três pautas”, frisou.

José Arinaldo informou sobre o trabalho da ANFIP na mobilização do dia 24, tendo sido realizada a Live – Série ANFIP com o tema: “Impacto do Decreto nº 10.620/2021 na vida do Servidor Público”, e o ato virtual, organizado pela Frente e pelo Fórum das Entidades Nacionais dos Servidores Públicos Federais (Fonasefe), contra a Reforma Administrativa.

## Sua participação na Campanha Destinação na declaração do IRPF pode mudar a realidade de pessoas vulneráveis; faça sua doação!

A Campanha Destinação é a oportunidade de pessoas físicas destinarem para os Fundos dos Direitos da Criança e do Adolescente ou ao Fundo do Idoso uma parcela do Imposto de Renda devido. Isso mesmo! No ato da declaração do IRPF 2021, os contribuintes podem indicar quais fundos querem contribuir.

Apenas cidadãos que fazem a Declaração de Ajuste Anual pelo formulário completo, na ficha “Doações Diretamente na Declaração”, podem deduzir do imposto devido os valores doados. Até o dia 30 de abril, prazo final de envio das informações para a Receita Federal, é possível destinar até 3% do imposto devido para os Fundos da Criança e do

Adolescente e até 3% ao Fundo do Idoso.

Se tiver alguma dúvida durante o preenchimento, o Menu Ajuda do programa do IRPF está disponível ao clicar a tecla F1. Depois, é só imprimir o Darf e pagar até o último dia do prazo de entrega da declaração. O valor destinado será abatido do que o contribuinte deveria pagar de imposto, se tiver saldo de imposto a pagar, ou somado à restituição, se tiver saldo a restituir.

É importante ressaltar que a realização de doações incentivadas ao Fundo não prejudica outras deduções de despesas com saúde, educação, dependentes, previdência privada ou pensão alimentícia.

## ESTADUAL

## Frente Gaúcha se articula contra retrocessos no serviço público

As entidades que integram a Frente Gaúcha em Defesa do Serviço Público, formada por representações dos servidores públicos federais, estaduais e municipais do Rio Grande do Sul (RS), reuniram-se na segunda-feira (22/3) para articulação parlamentar contra a Reforma Administrativa.

A reunião contou com a presença do deputado federal Afonso Motta (PDT-RS), presidente da Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público da Câmara; e com da supervisora técnica do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômico (Dieese), Escritório Regional RS, Anelise Manganelli, que analisou os efeitos da Emenda Constitucional 109/21 (antiga PEC Emergencial) sobre os estados e municípios.

Na direção dos trabalhos esteve o Auditor Fiscal Wilson Antonio Romero, que é um dos coordenadores da Frente Gaúcha, diretor de Política de Classe da Agafisp e assessor de Estudos Socioeconômicos da ANFIP.

Também na ocasião, os integrantes da Frente deram



continuidade à análise do cenário político atual, com o avanço no Congresso Nacional da tramitação de matérias que impactam todo o funcionalismo e os serviços públicos prestados no Brasil, como as reformas Administrativa e Tributária, e à formação de grupo para atuar junto à bancada federal do RS, que tem 31 deputados federais e três senadores. O colegiado se reúne semanalmente para avaliar a conjuntura e deliberar novas atividades.

## BENEFÍCIOS

### Concorra a prêmios incríveis no aniversário da ANFIP; acesse a plataforma de benefícios e participe

Em abril, **mês de aniversário da ANFIP**, são os nossos associados que ganham presentes. Exatamente! O **ANFIP Tem + Vantagens** sorteará aos usuários da plataforma, no dia **22 de abril**, uma **adega de vinhos**, um **Kindle Paper White** e um **kit de vinhos especiais**.

Para aqueles que já possuem cadastro ativo no Clube de Vantagens, não é necessário preencher ficha ou qualquer tipo de adesão. Simplesmente acesse a [PLATAFORMA](#) até o dia 21 de abril e pronto, você concorrerá automaticamente! Para os associados que ainda não ativaram, é necessário se cadastrar na plataforma. Basta clicar [AQUI](#) e preencher os dados solicitados. **Serão contemplados 3 ganhadores**. Boa sorte!

Este sorteio é uma parceria com a MarktClub, que oferece aos nossos associados descontos e promoções imperdíveis nas áreas de saúde, educação, lazer, eletrodomésticos, academias, viagens, automóveis, e muito mais.



### Campanha Carência Zero continua! Aproveite e faça sua adesão ao plano de saúde Unimed/ANFIP

Ter plano de saúde é ter mais segurança e tranquilidade para a vida, especialmente neste momento de pandemia. Pensando nisso, a ANFIP e a Benevix, administradora do plano de saúde Unimed Vitória, a fim de oferecer mais vantagens aos associados, estenderam a campanha **Carência ZERO** para novas adesões. Isso mesmo! Agora você pode

solicitar seu plano **até dia 1º de abril**.

Não perca tempo! Entre em contato com a central de vendas no telefone 0800 591 0534 ou no site da Benevix ([AQUI](#)) e solicite uma proposta. Confira todos os detalhes para adesão.

Veja todas as informações sobre os tipos de planos e a rede de cobertura [AQUI](#).

## Planeje seu futuro com a Proposta Digital de previdência da Jusprev



A **Proposta Digital da Jusprev** é a nova ferramenta que torna ainda mais fácil a adesão ao plano de previdência complementar que traz diversas vantagens para você e sua família, o Planjus! Agora é possível fazer uma proposta de previdência em qualquer lugar, com total autonomia e comodidade. Comece já a planejar seu futuro e o da sua família!

A solicitação digital é feita em duas etapas: primeiro você preenche seus dados na plataforma exclusiva ([AQUI](#)) e realiza a assinatura eletrônica certificada. Em seguida, os dados preenchidos

serão checados pela equipe da Jusprev. Na contratação da Renda Mensal Programada, a equipe irá confirmar com a ANFIP o seu vínculo associativo. No caso de contratação de coberturas de risco (Renda Mensal por Morte ou Renda Mensal por Invalidez), os dados serão confirmados com a seguradora.

A Jusprev oferece ainda consultoria personalizada. Com isso, é possível solicitar o auxílio de um consultor no preenchimento da proposta ou por meio do email [consultoria@jusprev.org.br](mailto:consultoria@jusprev.org.br).

**Planjus** - O Planjus é plano de previdência complementar para membros de Carreiras Jurídicas Públicas e de Auditoria Fiscal da Receita Federal do Brasil. Além de ser uma entidade sem fins lucrativos, na Jusprev não existe taxa de carregamento mensal, a taxa de administração é de 0,7% ao ano e ainda é possível deduzir até 12% da renda anual bruta da base de cálculo do Imposto de Renda. As coberturas foram pensadas especialmente para completar a sua proteção e a de sua família, gerando segurança financeira. Aproveite e faça agora mesmo sua adesão!

### Aproveite os descontos da sua plataforma de benefícios

Boa notícia para os associados! Na plataforma de benefícios **ANFIP Tem + Vantagens** a semana do consumidor ainda não acabou! Acesse a página e confira os **descontos de 7% a 70%** em variadas marcas. **E ainda tem mais!** A Magalu tem descontos de até 60% no festival da informática. E para aqueles loucos pela Páscoa, a plataforma traz descontos imperdíveis para garantir o seu estoque. Acesse [AQUI](#) e confira!

### Confira as taxas especiais do Banco Alfa

Precisando de dinheiro extra para atualizar suas contas ou resolver uma emergência? O Banco Alfa, parceiro da ANFIP, preparou descontos exclusivos para os associados da Entidade. O empréstimo consignado está com taxas especiais a partir de 0,78% ao mês, com liberação rápida e parcelas que cabem no bolso para você organizar seu orçamento. Acesse [AQUI](#) a plataforma.

## Associados, cuidado! Criminosos continuam aplicando golpes



A ANFIP recebeu informações de que golpistas estão telefonando para associados, se passando pelo presidente do Conselho Executivo, Décio Bruno Lopes. Na ligação, informam que há valores a serem recebidos das execuções da GDAT e GAT e que, para isso, o associado deverá entrar em contato com um suposto Procurador-Chefe da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, de nome Ricardo Siqueira Campos, em um número de celular de Brasília (DF). Os criminosos solicitam depósitos de altas

quantias, e, após receberem o valor, não atendem mais os telefones.

A ANFIP solicita aos associados que não deem seguimento à ligação, pois TRATA-SE DE UM GOLPE. Recomenda ainda que faça um Boletim de Ocorrência na delegacia mais próxima, pois a Associação não tem competência para tomar qualquer ação de cunho investigativo.

A Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional não é o órgão legitimado a tratar dessas ações e jamais telefonaria para um exequente dizendo que há valores a serem percebidos. Essa função é da própria ANFIP, que faz a comunicação por meio de cartas.

Importante mencionar, ainda, que, para receber qualquer valor oriundo de precatório, não há a necessidade de pagamento prévio, uma vez que os honorários dos advogados já são destacados no momento da inscrição. Portanto, associado, fique atento aos diferentes artificios utilizados por golpistas. NÃO faça nenhum depósito prévio para liberação de valores de ação. NÃO forneça dados bancários nem informações pessoais por telefone. Tem dúvida quanto algum contato? Desligue e confirme com as pessoas citadas na ligação.

Caso haja dúvida, entre em contato com o Setor Jurídico da Entidade pelo WhatsApp (61) 98176-9051 ou e-mail [juridico@anfip.org.br](mailto:juridico@anfip.org.br).

## Em live, ANFIP debate decreto que transfere gestão do RPPS para o INSS

O presidente da ANFIP, Décio Bruno Lopes, participou na quinta-feira (25/3) de live da direção minoritária do Sindicato dos Trabalhadores da Universidade Federal Fluminense (Sintuff), para discutir detalhes do Decreto 10.620/21, que transfere a gestão das aposentadorias do serviço público para o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS).

O evento, mediado por Sadi Herculano Neto, teve como debatedores além do presidente da ANFIP, a diretora de Aposentados da Federação de Sindicatos de Trabalhadores Técnicos-administrativos do Ensino Superior (Fasubra Sindical), Maria Tereza Fuji; a coordenadora Jurídica e de Relações de Trabalho do Sintuff, Lúcia Helena Ramos; e o coordenador Jurídico e Relações do Trabalho do Fasubra Sindical, Joao Paulo Ribeiro.

Ao se pronunciar, Décio Lopes afirmou que o decreto não torna o INSS a unidade gestora única, mas parece haver um movimento organizado no governo para implementar tal ação, devido à presença do órgão em quase todos os municípios brasileiros. Porém, apesar de sua competência, o INSS não pode receber esta atribuição. “Não é que o INSS não seja competente para isso. É porque o órgão tem uma carga brutal de trabalho e não tem condição operacional para atender nem o pessoal do Regime Geral de Previdência Social”, frisou.

O presidente enfatizou que a Secretaria de Previdência e a Secretaria Especial de Previdência e Trabalho deveriam estar acompanhando e trabalhando diretamente neste projeto tão importante, que teria como medida ideal a criação



de um órgão exclusivo para assumir a demanda. “O que precisamos é, a partir do momento em que for encaminhado o projeto de lei complementar para a criação da unidade gestora única, unirmos todas as nossas forças para discutir a proposta juntamente com o Congresso Nacional, para que tenhamos um órgão que realmente atenda a todas as questões de aposentadorias e pensões dos servidores federais”, declarou.

Em relação à inconstitucionalidade do Decreto, Décio Lopes afirmou que é um estudo que deve ser detalhadamente desenvolvido pelo setor jurídico das entidades, pois não é algo simples de definir.

Os demais participantes também criticaram a possibilidade de o INSS se tornar a unidade gestora única e destacaram que as entidades precisam ficar atentas na defesa dos direitos e interesses dos servidores.

Confira a live completa [AQUI](#).

## Comissão alinha conteúdo para Manual de Governança Corporativa

A Comissão de Governança da ANFIP reuniu-se na quinta-feira (25/3) com os especialistas em consultoria organizacional Mardonio Sarmiento e Margarida Flora, que relataram a execução das entrevistas de mapeamento estratégico realizado com as equipes da Entidade e apresentaram o organograma das etapas finais de trabalho para a entrega do Manual de Governança Corporativa.

Durante o encontro, os participantes apresentaram sugestões para aprimorar cada vez mais a prestação de serviço da ANFIP aos seus associados, tendo como suporte a organização interna, com regras corporativas alinhadas com processos administrativos modernos. O objetivo da criação do Manual é aperfeiçoar a arquitetura organizacional e garantir, a esta e às próximas gestões da Entidade, maior segurança aos atos de governança, fortalecendo a Associação.

Participaram da reunião, pelo Conselho Executivo, os vice-presidentes João Alves Moreira (Administração, Patrimônio, Cadastro e Tecnologia da Informação), a quem cabe a coordenação, Márcio Humberto Gheller (Executivo),



supervisor dos trabalhos, e o presidente Décio Bruno Lopes. Pelo Conselho de Representantes participaram Miguel Archanjo Simas Nôvo (AM), Carlos José de Castro (GO) e Osmar Escórcio de Carvalho (PI). Também esteve presente a presidente da Fundação ANFIP, Margarida Lopes de Araújo, e a associada de Minas Gerais, Ana Maria Morais.

## Comissão Organizadora do FIT 2021 se reúne para decidir aspectos estruturais do evento



Na quinta-feira (25/3), a ANFIP se reuniu virtualmente com os representantes do Sindicato dos Agentes Fiscais de Rendas do Estado de São Paulo (Sinafresp) e da Federação Nacional do Fisco Estadual e Distrital (Fenafisco), para discutir aspectos estruturais da 2ª

edição do Fórum Internacional Tributário da América Latina (FIT), previsto para acontecer em setembro de 2021.

Durante a videoconferência, foram tomadas decisões importantes em prol do bom funcionamento do Fórum, que terá duração confirmada de três

dias. Dessa forma, foi escolhida a dinâmica de debates, que será dividida em painéis, além do estabelecimento de estratégias de divulgação e uma minuciosa seleção de participantes de diferentes países do mundo, que contribuirão diretamente para a realização de um evento de alto nível.

Pela ANFIP, participaram os vice-presidentes Cesar Roxo Machado (Estudos e Assuntos Tributários), Maria Beatriz Fernandes Branco (Assuntos Jurídicos) e Ariovaldo Cirelo (Serviços Assistenciais), bem como o coordenador do Conselho de Representantes, Genésio Denardi. A presidente da Fundação ANFIP, Margarida Lopes de Araújo, também integrante do grupo, teve sua falta justificada.

A próxima reunião da Comissão está marcada para o dia 8 de abril.

## ANFIP solicita à Benevix reavaliação de comunicado enviado a associados sobre o plano de saúde



Prezado(s) Beneficiário(s),

Solicitamos que desconsidere o comunicado enviado sobre a nova minuta de condições gerais.

Fique tranquilo! As características de seu plano de saúde atual não sofrerão qualquer alteração nas condições estabelecidas junto a sua entidade de classe ANFIP - Associação Nacional dos Fiscais da Previdência Social, inclusive no que tange a cobertura assistencial, área de abrangência, sistemática de coparticipação por utilização e tabelas de preços.

#### CANAIS DE ATENDIMENTO BENEVIX

- Atendimento Chat Online – [www.benevix.com.br](http://www.benevix.com.br);
- Benê – Atendimento Virtual via WhatsApp: (27) 99953 6441;
- Portal do cliente com diversos serviços disponíveis – [www.benevix.com.br](http://www.benevix.com.br);
- Central de Atendimento – 0800 606 7272 (Segunda a Sexta – 08 hs às 18 hs);

Conte conosco!

Benevix Administradora de Benefícios LTDA.



O Conselho Executivo da ANFIP reuniu-se na sexta-feira (26/3) com representantes da Benevix, administradora do plano de saúde Unimed Vitória, para esclarecer questões envolvendo comunicados enviados aos associados e beneficiários do plano. A reunião foi solicitada pela Associação e aconteceu em plataforma virtual.

Dentre os assuntos abordados, a ANFIP enfatizou à Benevix que todos os informativos enviados aos associados devem ser construídos de forma conjunta e com aval da Associação.

A gerente de Operações da Benevix, Talita Castro, garantiu aos conselheiros da ANFIP que, apesar de atualizações para padronização dos termos contratuais, todos os direitos dos associados estão preservados. “Vamos resguardar a ANFIP. Reitero, nenhum direito será retirado”, disse Talita Castro.

Nesse sentido, os beneficiários do plano de saúde, associados à ANFIP, estão recebendo um novo comunicado da ANFIP e da Benevix, esclarecendo que as características do plano não sofrerão qualquer alteração.

Pela ANFIP, participaram da reunião o presidente Décio Bruno Lopes e os vice-presidentes Márcio Humberto Gheller (Executivo), Ariovaldo Cirelo (Serviços Assistenciais), Maria Beatriz Fernandes Branco (Assuntos Jurídicos), Benedito Cerqueira Seba (Comunicação Social), Tereza Liduina Santiago Félix (Aposentadorias e Pensões), José Arinaldo Gonçalves Ferreira (Política de Classe e Salarial), além da associada e conselheira da Agafisp (RS), Dulce Willenbring de Lima.

Já a Benevix foi representada por Talita Castro (gerente de Operações), Raianny Napoleão de Souza (assistente de Implantação), Felipe Leite Teixeira (analista de Relacionamento), Raianny Napoleão (assistente de Implantação) e Vinícius Quiquita de Oliveira (coordenador de Implantação).